

Editorial

O Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental do IF Fluminense vem atuando na instrumentalização técnica de atores sociais e gestores ambientais da região, colaborando com a defesa dos ecossistemas regionais, para além da produção de conhecimento técnico-científico para a sustentabilidade no estado do Rio de Janeiro, e principalmente na região Norte Fluminense. Nesse sentido, “tirar das estantes” as obras acadêmicas que possam nortear escolhas diferenciadas por parte da sociedade e de seus gestores, intensificando ações de divulgação científica que reforcem a sustentabilidade, em suas múltiplas vertentes, ambiental, social e econômica, entre outras, reveste-se como tarefa prioritária para pesquisadores e cientistas, educadores e ambientalistas, enfim, para todos que entendem o desenvolvimento como compromisso intergeracional com a liberdade!

Ao designar a Natureza como “recursos naturais”, o ser humano imperceptivelmente reforça a lógica vigente, que prioriza a racionalidade econômica em detrimento da questão ambiental. Aliada à falsa percepção da inesgotabilidade desses “recursos” em terras tropicais, muitas vezes a importância da sua gestão inclusiva e participativa é negligenciada. Da mesma forma, o cuidado com as nossas florestas, a nossa biodiversidade, o ar que compartilhamos com outros seres do planeta, os nossos mares, os nossos rios, assim como a água que nos dá vida e garante a nossa saúde, tudo isso é negligenciado! Não temos tempo de alcançar, ou mesmo de digerir a avalanche de informações que nos soterra no dia a dia da *internet*... Esquecemos que a *web* que nos sustenta é outra...

Se por um lado há ônus resultantes do crescimento, as necessidades de implementar atividades econômicas que viabilizem a melhoria das condições de vida das populações do Norte-Noroeste Fluminense é inegável. Assim, os empreendimentos potencialmente impactantes, sujeitos ao processo de licenciamento ambiental, são também responsáveis não só pela geração de novos postos de trabalho, mas também pelo aporte de recursos de compensação ambiental, e de medidas mitigadoras e compensatórias, que, ao contribuírem para a recuperação de ecossistemas degradados e para a conservação de áreas protegidas (Unidades de Conservação e Áreas de Preservação Permanente), também favorecem a conservação dos recursos hídricos.

Com o foco na gestão das águas, o presente número do Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego dedica-se a apresentar a segunda parte de uma edição especial destinada à publicação de trabalhos apresentados no II Seminário Regional de Recursos Hídricos (SRHIDRO 2010), ocorrido em novembro de 2010, no Câmpus Macaé

do IF Fluminense. O Boletim é aberto com a exposição de algumas propostas acerca da delimitação do Parque Estadual da Costa do Sol, que influenciaram a definição do seu traçado, a partir da compreensão da história e da importância ambientais dos manguezais e restingas da região estuarina do município de Búzios, RJ. Ainda relativamente à região do Rio de Janeiro popularmente denominada “Região dos Lagos”, debate-se a seguir a poluição associada ao lançamento de efluentes domésticos na lagoa de Araruama, que assim como Búzios, consolidou-se como destino turístico importante no Estado. Os eventos sucessivos de mortandade de peixes ocorridos e a degradação ambiental à qual esse corpo hídrico vem sendo submetido continuam a merecer atenção e monitoramento, pois, apesar dos diversos estudos e das intervenções dos quais é alvo, os avanços vêm se mostrando mais lentos do que as alterações associadas aos impactos. Monitoramento, qualidade de água e riscos à saúde são os temas dos artigos seguintes. Pode-se perceber que o Boletim desvela situações de injustiça ambiental, nas quais os riscos ambientais e à saúde estão assimetricamente distribuídos na sociedade, cabendo às populações mais pobres o ônus do crescimento econômico. Essa situação de ameaça aos ecossistemas e biomas costeiros, associada à ocupação de áreas de preservação permanente adjacentes a rios e lagoas estuarinos é recorrente no eixo Campos-Macaé, economicamente impulsionado pela indústria do petróleo, e que pode iluminar a mitigação de impactos potenciais similares, possivelmente ocasionados pela expansão da atividade petrolífera para o norte da Bacia de Campos, que incorpora o Espírito Santo na área de influência de tais empreendimentos. Os manguezais do Espírito Santo, já impactados por outras atividades econômicas industriais, como os manguezais dos rios Piraquê-açu e Piraquê-mirim - localizados em Aracruz, ES - também são abordados neste número. Fechando o Boletim, apresentamos um trabalho que exemplifica uma alternativa de enfrentamento dos problemas ambientais: a recuperação de áreas degradadas. Desejamos a todos uma excelente leitura!